

O “**PANOPTISMO**” E A **DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**
DISTÓPICA: UM ESTUDO SOBRE WINSTON DE 1984

*THE PANOPTICISM AND THE DECONSTRUCTION OF THE
DYSTOPIAN IDENTITY: A STUDY ON WINSTON OF 1984*

Larissa do ESPÍRITO SANTO¹

RESUMO: As formas de punição se transformaram ao longo dos séculos, indo do suplício à disciplina que controla não só o corpo, mas as mentes dos indivíduos. O mecanismo panóptico aperfeiçoa o poder disciplinar ao exercer sua manutenção, tornando o próprio indivíduo o seu disciplinador. Em *1984*, romance de George Orwell, esse inimigo invisível é chamado de “Grande Irmão”. Este trabalho busca investigar os efeitos do panoptismo (que consiste em uma vigilância constante do indivíduo) na identidade de Winston Smith, protagonista do romance, que é oprimido por esse mecanismo disciplinar, além de observar se a desconstrução de sua identidade ocorre ou não de maneira efetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Distopia; Panoptismo; Identidade

ABSTRACT: Types of punishment have been transformed throughout the centuries, ranging from torture to discipline meant to control both the body and the minds of the individuals. The panoptic mechanism enhances the disciplinary power over the individuals, by exercising its maintenance and making them their own disciplinarian. In George Orwell's novel, *1984*, this enemy is called "Big Brother". This paper aims at investigating the effects of panopticism (which consists in the individual's constant surveillance) on Winston Smith's identity, the main character, which is oppressed by this disciplinary mechanism, in addition to observing if the deconstruction of his identity occurs or not effectively.

KEYWORDS: Dystopia; Panopticon; Identity

1 Introdução

O romance *1984*, de George Orwell, apresenta um futuro sombrio que tem como cenário a sociedade distópica chamada Oceânia. A história é narrada

¹ Graduada do Curso de Letras, na Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil. Orientadora: Profa. Dra. Eliana da Conceição Tolentino. E-mail: larissamat1@hotmail.com; elianat@ufsj.edu.br

em terceira pessoa e tem como foco a vida de Winston Smith. Por ser uma sociedade totalitária, não há oposições ao governo, e alguns mecanismos são utilizados para controlar a população, como o panóptico. É o Grande Irmão que cumpre o papel de figura panóptica, pois, apesar de supostamente ser um homem — já que ninguém sabe ao certo se ele existe —, ele consegue vigiar todos os indivíduos e assim tem controle sobre eles. O governo da Oceânia, também conhecido como Partido, é o Ingsoc (Socialismo Inglês) e O'Brien; embora possua um alto cargo dentro dele, engana Winston fingindo ser um rebelde, quando de fato não passa de um espião do Partido.

Nesse trabalho, foi realizado um estudo sobre a narrativa de Orwell, cuja primeira edição foi publicada em 1949. Foi utilizada a versão em português publicada pela Companhia das Letras, em 2009, traduzida por Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. Nosso enfoque é o papel da disciplina na desconstrução da identidade do protagonista Winston Smith, atentando-se à função do mecanismo panóptico (FOUCAULT, 1987) e observando como ocorre a manutenção do poder disciplinar por meio dele. Byung-Chul Han (2020) revela a importância dos estudos sobre o panóptico ao apontar que vivemos em um novo tipo de panoptismo no qual as estruturas sociais resultam na vigilância dos cidadãos, que somos nós.

Jeremy Bentham *et al.* (2020) cria o panóptico como um modelo de mecanismo prisional ideal. O autor utiliza, como ilustração para esse modelo, uma prisão na qual existe um vigia que observa a todos e nunca é visto. Graças a estrutura do mecanismo de Bentham, Michel Foucault (1987) retoma essa ideia, dando destaque ao efeito criado pelo panoptismo. Para que ele ocorra, é necessário que haja um vigia que force os indivíduos a se disciplinarem. Já que é um aparelho de controle, o panóptico é essencial na distopia *1984*, sendo representado pelo Grande Irmão.

Esta pesquisa exploratória buscou responder às seguintes questões: A Oceânia é capaz de desconstruir a identidade de Winston? Qual o papel do panoptismo sobre a identidade de quem ele oprime? O aporte teórico baseia-se nas discussões de pesquisadores como Jerzy Szachi (1972) e Marilena Chauí (2008), além dos livros *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, de Michel Foucault (1987) e *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall (2006).

O romance é qualificado por Booker (1994b, p. 20-21) como um dos grandes textos definidores do gênero ficção distópica. Portanto, traçaremos um panorama desse gênero literário que surgiu a partir de desdobramentos dos ideais utópicos. Veremos a seguir no que consistem essas concepções, assim como a origem da utopia.

2 Sobre a Utopia

Thomas Morus utiliza o termo utopia pela primeira vez como título de seu livro *A Utopia*, em 1516. No entanto, Marilena Chauí (2008) afirma que o termo passou a designar discursos anteriores a ele, como a sociedade ideal na *República* de Platão. A palavra utopia tem etimologia grega e significa lugar não existente (SZACHI, 1972). Chauí (2008, p. 7) explica que o não lugar é o que não tem nada em comum com a sociedade em que estamos inseridos, existindo um grande afastamento entre esses dois extremos. Isso fica evidente na narrativa de Morus, na qual é apresentada uma sociedade completamente diferente da sociedade inglesa do século XVI, em que ele vivia.

A ilha da Utopia (MORUS, 1977) possuía habitantes com altos níveis de civilização e cultura, superior a qualquer outra sociedade. Nela, havia igualdade, generosidade, um senso de coletividade, condições justas de trabalho e a democracia ocorria de maneira efetiva. As cidades da ilha eram padronizadas, assim como as roupas utilizadas pela população, e não existia propriedade privada; tudo era de todos. Ao investigar essa narrativa, Szachi afirma:

[...] era uma sociedade sem miséria e exploração, sem mentira e opressão, sem obscurantismo e intolerância, sem ódio e maldade, sem ócio e sem trabalho forçado. O sábio rei Utopos havia introduzido instituições generosas e em seguida isolado o país do resto do mundo para que não fosse contaminado pelo mal que lá imperava (SZACHI, 1972, p. 2).

Jerzy Szachi aponta diversas conceituações da palavra utopia. Dentre elas, observamos na narrativa de Morus um lugar ideal, no qual o mal das sociedades foi percebido e, com sucesso, as maneiras para extingui-lo foram empregadas. O autor também expõe a necessidade do detalhamento das relações sociais:

[...] alguns julgam necessário assinalar que tratamos de utopia quando consideramos um ideal detalhadamente desenvolvido, uma visão total das relações sociais ideais. Não seria um utopista o pensador que aspira a uma sociedade igualitária, e sim aquele que projeta em detalhes a organização de uma tal sociedade. A utopia seria o sonho feito em sistema, o ideal construído em forma de doutrina (SZACHI, 1972, p. 9).

Logo, a utopia não apresenta apenas uma visão de sociedade ideal, mas também o método necessário para alcançá-la. Essa definição opõe-se à conceituação popular que, segundo Szachi, vê a utopia como um projeto irrealizável, uma fantasia. Para o autor, essa definição traz consigo um julgamento de valor e, por sua carga de subjetividade, não é aplicável em pesquisas. Szachi (1972, p. 5) explica: "ideias sobre submarinos, aviões e voos interplanetários foram ‘utópicas’ somente em etapas definidas do progresso técnico”. Entendemos assim a imprevisibilidade existente em se basear no presente para projetar um futuro.

O desacordo existente entre a utopia e a realidade (SZACHI, 1972) não a torna uma fantasia, mas um ideal a ser alcançado. Nela, não existe um meio-termo, visto que é composta por uma positividade extrema e segundo Szachi (1972, p. 14) “deseja substituir uma realidade absolutamente má por outra absolutamente boa”, criando, assim, uma visão dualista.

Além disso, Chauí (2008) explica que a utopia também surge como um gênero literário sobre uma sociedade feliz e um discurso político de um lugar no qual há justiça e transparência — que é um ponto central na utopia, visto que ela impede o surgimento da corrupção. Para a pesquisadora, cada detalhe nesse corpo social exprime o todo e o simboliza. Sendo assim, cada indivíduo representa todos os outros, a sociedade e a ideologia vigente.

Para haver transparência é preciso haver vigilância. Partindo da narrativa de Morus, Chauí (2008, p. 9-10) exemplifica: “A cidade ideal exerce uma vigilância permanente sobre todos os seus membros: o Conselho Dirigente costuma ocupar um palácio de vidro ou de cristal, de onde cada habitante possa ser visto, ficando sempre exposto ao olhar de todos”. Esse olhar não admite segredos, mas estimula o senso de coletividade e unidade.

Quando Chauí (2008, p. 7) compreende a utopia como um gênero literário, a pesquisadora não está limitando esse conceito, mas traçando sua

origem como uma forma literária que no decorrer do tempo torna-se também uma forma de pensamento. A utopia passou a ser considerada um gênero logo no seu surgimento, pois é uma narrativa — a de Thomas Morus — que traz esse termo pela primeira vez, e suas características próprias, já mencionadas anteriormente, foram encontradas em romances existentes e em outros que foram surgindo. Porém, por conta dos ideais que são trazidos nessas narrativas, o termo passou a ser visto como sinônimo de algo ideal, ultrapassando as barreiras da literatura e permitindo sua aplicação como conceito em diversas situações. Para fins desta pesquisa, é importante ressaltar o gênero literário utopia, pois ele se desdobrou no gênero distopia, conhecido também como antiutopia ou utopia negativa. Apesar das várias nomenclaturas, utilizaremos doravante o nome distopia para designar essa forma literária.

3 A Distopia

A Distopia, vista como um gênero literário, não é o oposto da utopia, mas seu desdobramento; ela ocorre quando há uma junção entre a utopia e o totalitarismo, que torna a sociedade ideal apenas para um grupo que seja dominante. Chauí (2008, p. 12) aponta que “referindo-se à articulação entre os elementos próprios do discurso e da narrativa utópicos e o totalitarismo, alguns autores falam em distopia, como o *tópos* dilacerado e infeliz. As obras de distopia nos levam do sonho ao pesadelo”. Logo, a oposição entre a distopia e a utopia ocorre apenas em seus ideais: a utopia tem uma visão de mundo extremamente positiva, enquanto a distopia apresenta uma visão negativa e pessimista. Para Szachi (1972, p. 111) nas distopias, a visão da sociedade deve causar pavor em vez de fascinação.

Paula Martins Rodrigues (2015, p. 16) afirma que “utopias e distopias dividem a mesma essência, que é a de planejar ou projetar mundos para o futuro baseando-se em fatos da atualidade para criar sociedades imaginárias”. A pesquisadora explica que para utopias e distopias serem antagônicas, na distopia não poderia haver organização social, e o que acontece é que “[...] as sociedades distópicas possuem uma configuração e lógica próprias, tais quais as sociedades

utópicas” (RODRIGUES, 2015, p. 17). Rodrigues aponta a existência de uma linha tênue entre utopia e distopia:

[...] o mundo criado por Huxley em *Admirável mundo novo*, por exemplo, apesar de conhecidamente distópico, pode ser visto como uma utopia sob diversos aspectos, e a *Utopia* de More pode ser considerada bastante distópica se avaliada com os valores do século XXI. Para o autor Michel D. Gordin (2010), a distopia “é a utopia que deu errado, ou a utopia que funciona apenas para um segmento particular da sociedade” (RODRIGUES, 2015, p. 16).

O romance *Admirável mundo novo* (HUXLEY, 2014) apresenta uma busca pela estabilidade social. Essa procura poderia ser considerada utópica, já que a estabilidade é um anseio das sociedades contemporâneas. Entretanto, as formas com que essa busca ocorre são repugnantes: almeja-se a criação de seres humanos padronizados, de modo que toda diferença seja eliminada.

Nessa narrativa, a ciência é tão desenvolvida, que é possível fazer a predestinação de bebês, criando cada um para ser contente em uma função específica. Pessoas geradas para trabalhos braçais, por exemplo, recebem pouco oxigênio quando são embriões, limitando assim sua capacidade de pensar quando adulto. Não ter a possibilidade de pensar faz com que esses indivíduos sejam felizes em seu modo de viver, mesmo que este seja precário. Portanto, por mais que essa prática cause repulsa nos leitores do romance, é necessária para que haja a alegria naquela sociedade e, como resultado, tem-se a estabilidade social. Logo, é notável como o ponto de vista é fundamental na construção da óptica de se uma sociedade é utópica ou distópica. Para os seres não pensantes de Huxley, seu modo de vida é perfeito.

Szachi (1972) explica que os ideais humanos não são homogêneos. Assim, o que é felicidade para uns é tristeza para outros. É devido à subjetividade humana que existe essa linha tênue entre a utopia e a distopia apresentada por Rodrigues (2015). Szachi sustenta essa ideia, remetendo como exemplo à *República*, de Platão, visto que a obra é considerada uma utopia, mas nela existe uma falta de liberdade tão grande, que detalhes como cortes de cabelo, roupas, músicas e danças são controlados, o que é intolerável para pessoas que prezam por sua liberdade de escolhas.

Em uma distopia, a sociedade é ideal para um grupo selecionado e dominante de pessoas, pois atende às suas ambições ao mesmo tempo que oprime o resto da população. José Chasin (2012, p. 15) afirma que “[...] Da rusticidade à sofisticação, sob qualquer de suas formas, o conceito de totalitarismo, em essência, traduz a ideia de monopólio de poder”.

O totalitarismo manifestou-se ao longo da história por meio de governos capitalistas e comunistas, como os de Hitler e Stalin, respectivamente. Nos regimes totalitários, o fanatismo torna-se comum e irrefutável, fazendo com que qualquer ideal que combata os ensinamentos do regime seja rejeitado. Hannah Arendt (1989, p. 358) explica que “a identificação com o movimento e o conformismo total parecem ter destruído a própria capacidade de sentir, mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte”.

Além de todo o poder ser concentrado nas mãos de um pequeno grupo, outra característica marcante do totalitarismo é a oposição ao estado liberal (CHASIN, 2012). Chasin afirma que

Desse modo, o estado liberal vem a ser o sistema no qual predominam a lei, a razão e a liberdade, garantidas pela difusão do poder e pela estrutura pluripartidária. E o estado totalitário, o sistema no qual prevalecem a violência extremada – o terror – e a dominação hipertrofiada pela concentração do poder e nutrida pelo monopólio político do partido único (CHASIN, 2012, p. 15).

A falta de oposição sujeita os cidadãos às vontades e caprichos do governo, já que eles se tornam incapacitados de lutar por seus direitos. Qualquer pensamento de oposição contra o poder vigente é detido pelo terror, pois, como Arendt destaca, o horror isola os homens ao pressioná-los uns contra os outros, destruindo assim o espaço entre eles. A pesquisadora argumenta:

[...] enquanto o isolamento se refere apenas ao terreno político da vida, a solidão se refere à vida humana como um todo. O governo totalitário, como todas as tiranias, certamente não poderia existir sem destruir a esfera da vida pública, isto é, sem destruir, através do isolamento dos homens, as suas capacidades políticas. Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada (ARENDR, 1989, p. 527).

Com o isolamento, o terror trabalha para a perpetuação daquele sistema, além de centralizar ainda mais o poder nas mãos de seus líderes. O horror é uma característica fundamental nos romances distópicos, pois controla o comportamento dos cidadãos de acordo com as expectativas do governo, que supostamente é uma instituição infalível.

Para Arendt, os subordinados do líder tirano representam-no diretamente. Portanto, erros não são tolerados, mas punidos severamente, e a justificativa da punição é que o indivíduo punido não é um representante, mas um impostor disfarçado, já que uma das características do líder é ser infalível, portanto ele não pode admitir ter nenhuma imperfeição.

É da própria natureza do movimento que, uma vez que o Líder assume o posto, toda a organização se identifica com ele de modo tão absoluto que qualquer confissão de erro ou remoção do cargo quebraria a magia de infalibilidade que envolve a posição de Líder e arruinaria a todos os que estivessem ligados ao movimento. A base da estrutura não está na veracidade das palavras do Líder, mas na infalibilidade dos seus atos (ARENDR, 1989, p. 437).

Assim, torna-se claro que as distopias são formadas com bases no totalitarismo e da utopia. Nos romances desse gênero literário são refletidos os anseios de seu tempo (HILLEGAS, 1967 *apud* BARBOSA, 2017), o que revela uma preocupação com o futuro, tendo assim aspectos semelhantes com a utopia, que traz consigo uma esperança para o amanhã.

3.1 A distopia de Winston

No romance *1984*, o objetivo da sociedade distópica é manter o poder do governo. Portanto, tudo nela visa ao domínio populacional, como, por exemplo, a imposição da *novafala* (como idioma oficial), que promove a manutenção das ideologias presentes nesse lugar, eliminando todos os ideais contrários ao Partido governante. A Oceânia é marcada pela tirania do Partido, pelo medo que torna os sujeitos individualistas, além da vigilância do Grande Irmão e da guerra que não tem fim. Até mesmo a noção de união familiar é apagada, pois as crianças são enviadas para escolas de espões e utilizadas como vigias daqueles ao seu

redor, sendo instruídas a denunciar todos que ajam de modo condenável pelo Partido, incluindo seus próprios pais.

O personagem principal do romance, Winston Smith, trabalha no Ministério da Verdade. A função desse ministério é alterar dados históricos, manipulando a verdade a favor do Partido. Assim, por ocupar-se diretamente com a manipulação de dados, Winston rebela-se contra o Partido, ao deixar de acreditar nas verdades impostas por ele.

Visto que o único objetivo do governo é o poder, é proibido se ter desejos, até mesmo os mais simples como o da boa comida. Isso se torna possível, pois o governo tem ferramentas de controle para todos os aspectos e emoções da vida humana. Acredita-se que o desejo seja a única força capaz de vencer o poder vigente; por isso ele é negado. O único amor permitido é pelo Partido. Portanto, Winston rebela-se e entrega-se ao amor, já que acredita que desde que teve o “pensamento-crime” (ORWELL, 2009, p. 40), ou seja, desde o momento em que teve um pensamento que ia contra os ideais do Partido, estava condenado à morte.

Encontramos nessa narrativa distópica vários mecanismos que auxiliam na manutenção do poder disciplinar. Dentre esses mecanismos, há o “Grande Irmão”, que tem a função de panóptico na sociedade. Veremos a seguir no que consiste esse dispositivo disciplinador, de acordo com Jeremy Bentham *et al.* (2020) e Michel Foucault (1987).

4 Disciplinar por meio do olhar

No livro *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, Foucault (1987) faz uma exposição das formas de punir ao longo dos anos. Trazendo o panorama histórico, o autor aponta que, até o fim do século XVIII, as punições ocorriam por meio do suplício, em que eram realizadas torturas, apenas para demonstrar poder. Porém, com o início do século XIX, os castigos que envolviam a mutilação física foram perdendo a força e as novas penalidades tinham a finalidade de corrigir e disciplinar os indivíduos.

Além de controlar o sujeito, a disciplina mantinha sua estrutura física produtiva, o que era uma vantagem para os sistemas dominantes. Ela tem a

função de adestrar os seres humanos e tornar seus corpos dóceis (FOUCAULT, 1987), portanto, mais vulneráveis ao controle, fazendo com que o próprio corpo se tornasse um espaço no qual a autoridade fosse exercida.

Vemos o quanto a disciplina é essencial para a manutenção dos poderes presentes na Oceânia. Winston tem sua rotina totalmente controlada. Portanto, fazer qualquer coisa fora dessa rotina é o suficiente para chamar a atenção do Partido para ele. Foucault afirma que, nesse dispositivo dominador, os indivíduos são vigiados, isolados, e seus menores movimentos são controlados, pois o detalhe é um fator importante dentro dele. Logo, fica clara a importância do controle absoluto sobre os corpos. Foucault assinala:

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 1987, p. 238).

Apropriando-se do modelo de disciplina que se passa em uma prisão, proposto por Bentham (2020), Foucault analisa o mecanismo panóptico. Há nessa prisão uma organização diferente das convencionais, por meio da qual o ponto chave para controlar os presos é a torre de vigia, lugar onde está localizada a pessoa que cumpre o papel de panóptico — um guarda cujo rosto nunca foi visto pelos detentos. A torre está posicionada no centro de um pátio circular, e sua visão abrange todo o perímetro da casa de detenção.

Nesse modelo de Bentham, os prisioneiros, apesar de saberem que estavam sendo vigiados, não conseguiam ver o que acontecia dentro da torre. Assim, o panoptismo consistia na sensação de estar sendo constantemente observado pelo vigia, que detinha poder sobre o prisioneiro. Mesmo que o guarda não estivesse na torre, o prisioneiro não era capaz de saber o que estava acontecendo dentro dela, e acabar-se-ia policiando constantemente por medo do castigo. Dessa forma, os detentos são disciplinados pelo olhar do guarda que de dentro da torre cumpre o papel de panóptico. Foucault afirma:

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus

efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores (FOUCAULT, 1987, p. 224-225).

Logo, compreender que o guarda pode estar observando o tempo todo leva o próprio prisioneiro a trabalhar para a manutenção do poder disciplinar. Para que isso aconteça, é necessário que o inspetor veja, mas não seja visto (Bentham, 2020, p. 29). Discutindo essa ideia, Foucault explica:

[...] Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar, o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo (FOUCAULT, 1987, p. 225).

O guarda possui poder sobre o detento e este exerce controle apenas sobre si mesmo, sendo essa uma relação de poder unilateral na qual o controle exercido pelo detento corresponde às ordens do vigia. Foucault (1987, p. 226) destaca que “uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia”, ou seja, o exercício do poder torna a sujeição real, mas, como não existe contato entre as partes, a relação entre elas é fictícia, já que o prisioneiro não sabe com quem se está relacionando. Assim, a relação imaginária é criada a partir do que o prisioneiro sabe: ele precisa obedecer às ordens do guarda ou será punido. O poder do vigia encontra-se na tentativa de controle da mente do prisioneiro, que resultará no controle de suas ações. Bentham (2020, p. 31) aponta que não apenas os prisioneiros, mas todos naquele sistema são vigiados.

Em seu modelo, Bentham (2020, p. 20-21) detalha o espaço da prisão contendo paredes que separam as celas e impedem que os prisioneiros vejam uns aos outros, tornando-os assim solitários. Para Foucault (1987, p. 224), há uma “solidão sequestrada e olhada” do ponto de vista dos detentos, pois não há trocas, apenas individualidades. No contexto de 1984, não há muros físicos entre os sujeitos, mas o mesmo efeito pode ser observado. O panoptismo desenvolve tamanho controle, que o indivíduo se isola dos outros que estão nas

mesmas condições que eles, e, mesmo que esses indivíduos discordem das ideias do poder vigente, a sensação de estar constantemente sendo observados impede a manifestação desses pensamentos. O resultado disso é a impossibilidade de tramar rebeliões ou, até mesmo, desenvolver vínculos afetivos, e tornar-se dócil com maior facilidade.

Foucault afirma que o panoptismo aperfeiçoa o exercício do poder, já que reduz o número de pessoas que o exercem e aumenta o número daqueles sobre os quais o poder é exercido. Além disso, o panoptismo cria uma tensão constante, que evita erros, e, para que o castigo ocorra, são criados efeitos em cadeia, já que o panóptico nunca interfere diretamente. O panoptismo também classifica e organiza os indivíduos, permitindo que diferenças entre eles sejam estabelecidas e trabalhadas de acordo com os objetivos que se pretende alcançar. Foucault (1987, p. 227) explica que “o Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos.” O filósofo também destaca que as relações de controle entre os indivíduos são o objeto e o fim do panoptismo.

O modelo de mecanismo prisional ideal de Bentham traz consigo uma estrutura semelhante à da Oceânia, pois as teletelas cumprem a mesma função da torre do guarda, que é vigiar sem ser notado, e o Grande Irmão tem o papel de espião, ficando escondido por esse mecanismo. É dessa maneira que ocorre o poder disciplinar nessa sociedade, pois o controle que o Partido tem sobre os cidadãos está completamente relacionado ao medo da punição que virá caso o Grande Irmão os apanhe cometendo algum delito. E, assim, o comportamento dos sujeitos é treinado para a obediência.

Ao contrário do panóptico de Bentham, o Grande Irmão tem uma imagem e seu rosto está espalhado por toda a cidade, por meio de pôsteres que trazem consigo a frase “O Grande Irmão está de olho em você” (ORWELL, 2009, p. 12). A vigilância que acontece, supostamente por meio dele, é feita pelas teletelas, telas de transmissão de imagem, que possuem também uma câmera. Assim, a imagem do Grande Irmão não interfere no efeito do panoptismo na Oceânia, pois são as teletelas que, de fato, fazem a vigilância e elas estão por toda a parte. Por isso, ninguém sabe quando estará sendo

observado. Logo, o autopolicamento é constante, já que os lugares mais reservados são os mais observados pelas teletelas.

Nem mesmo o olhar de Winston escapa do controle panóptico: “virar a cabeça e olhar para ela teria sido absoluta loucura. De mãos dadas, invisíveis no meio dos corpos que se comprimiam, os dois haviam mantido os olhos firmemente voltados para a frente” (ORWELL, 2009, p. 142). A sujeição é real, mesmo que a relação seja fictícia (FOUCAULT, 1987) e ocorra com base em uma figura fantasiosa. Por isso, quando Winston questiona se o Grande Irmão realmente existe, ele obtém a resposta de que ele existir ou não é irrelevante, pois a sua função é ser a personificação do Partido.

Vemos em *1984* um isolamento devido à desconfiança, que é intensificada pelo mecanismo panóptico, e por causa da suspeita de que os outros indivíduos realmente acreditam na ideologia imposta pelo Partido. Além das teletelas, que podem ser encontradas em qualquer lugar, existe também a polícia das ideias, responsável pelo controle dos membros do Partido e por impor seus ideais. Assim, como seu próprio nome insinua, a polícia das ideias é a responsável pela fiscalização dos pensamentos, já que o desejo do Partido é ter controle total sobre os corpos: “[o] Partido não se interessa pelo ato em si: é só o pensamento que nos preocupa. Não nos limitamos a destruir nossos inimigos; nós os transformamos” (ORWELL, 2009, p. 297).

A polícia das ideias foi criada para conter o “pensamento-crime”, que pode ser definido como qualquer pensamento que vá contra os ideais do Partido. Se existe o pressuposto de que esse tipo de pensamento ir-se-á manifestar de alguma maneira. Assim, quando o “pensamento crime” ocorre, o indivíduo que o conteve já está condenado: “[o] pensamento-crime não acarreta a morte: o pensamento-crime é a morte”(ORWELL, 2009, p. 40).

Qualquer pessoa poderia ser um espião do Partido, pois essa atribuição não é exclusiva da polícia das ideias. Como já foi apontado anteriormente, as crianças eram enviadas para escolas de espiões e treinadas para desempenhar esse papel. Por isso, a disciplina extrema é exigida dos cidadãos dessa sociedade, visto que cada detalhe nela exprime o todo e o simboliza (CHAUÍ, 2008). Assim, a transparência torna-se uma exigência para a sobrevivência e Byung-Chul Han

(2020) explica que a necessidade da transparência revela que não há confiança. Portanto, a solução para a sobrevivência nesse espaço de desconfianças é o isolamento.

A disciplina retira as individualidades dos sujeitos e os transforma em uma unidade, tornando-os manejáveis, o que seria impossível se houvesse pluralidade entre eles (FOUCAULT, 1987). A unidade não se refere à aproximação, já que há o isolamento de cada indivíduo, mas à sujeição dos corpos e sua padronização de acordo com os objetivos da disciplina. Foucault afirma que (1987, p. 240), “a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos”. Logo, o adestramento do indivíduo interfere em sua identidade, pois essa “fabricação” substitui o comportamento individual por um padrão de comportamento coletivo.

5 Um estudo da identidade

Ao se estudarem as sociedades distópicas e a identidade do personagem oprimido, é fundamental destacar a influência do meio social sobre o comportamento humano, pois ele possui grande papel na construção identitária dos indivíduos. Na história de Winston, o personagem tem a sua identidade desconstruída pela disciplina e uma outra é “fabricada” para substituí-la. Um dos principais mecanismos para que haja a manutenção dessa desconstrução é o panóptico.

Estudando a identidade, Stuart Hall (2006) traça um panorama de três concepções geradas ao longo da história: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O autor aponta que segundo o sujeito iluminista, a identidade era unificada, inata, e possuía um centro que permaneceria imutável durante toda a vida do indivíduo. Hall explica que essa perspectiva individualista teria sido substituída por outra na qual a identidade seria formada por meio da interação entre o sujeito e a sociedade, conhecida como sujeito sociológico. Essa visão é sustentada por pensamentos como o marxista, em cuja doutrina o indivíduo é visto como resultado das estruturas sociais e, portanto, incapaz de qualquer agência individual.

Entretanto, ao pressuporem uma identidade fixa, estável e unificada essas visões tornam-se insuficientes e, assim, emerge o sujeito pós-moderno junto de sua identidade fragmentada. O surgimento da teoria do inconsciente de Freud tem forte impacto sobre essa visão, visto revelar que o sujeito não pode ser unificado pois nele há partes que nem ele mesmo é capaz de conhecer. Portanto, de acordo com Hall, o que marca a identidade do sujeito pós-moderno é não ser “fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2006, p. 12), mas algo em construção, formado ao longo do tempo por processos inconscientes, jamais terminados. A fragmentação ocorre, pois os sujeitos são atravessados por muitos discursos e conseguem se identificar com diferentes deles, dependendo de cada ocasião. Hall afirma que

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2006, p. 12-13).

Tendo em vista o sujeito pós-moderno, podemos questionar como é possível desconstruir a identidade se ela não é fixa. Foi a partir dos estudos do filósofo francês Jacques Derrida que o conceito de desconstrução ganhou forças, pois suas postulações revelam a complexidade dessa concepção. A desconstrução é uma das correntes mais influentes do pós-estruturalismo e revela uma nova concepção de prática de leitura, já que Derrida vai contra a noção de significado estável e único, mostrando que um texto pode ser lido de diferentes maneiras (CUDDON, 1999). Esse pensamento subjuga a ideia de que um modo de significação possa predominar sobre outros.

Barbara Johnson (1981, apud CUDDON, 1999, p. 209) aponta que, em sua etimologia, o termo desconstrução quer dizer ‘desfazer’ e não destruir. Apesar disso, neste trabalho será utilizada uma definição apresentada pelo dicionário *online* de português (DICIO, 2021), que apresenta desconstruir como “destruir o que já está construído”. Logo, mesmo que não haja uma identidade fixa, existem traços que, em determinado momento, constituem um

todo, permitindo assim que a desconstrução ocorra quando uma identidade, mesmo que mutável, é totalmente arrancada de um indivíduo. Isso acontece quando não há possibilidade de escolhas por parte do sujeito, e uma identidade lhe é imposta. O que antes havia nela é suprimido e deixado de lado, e algo novo precisa ser construído. A desconstrução é o resultado de uma violência que ocorre por meio da disciplina. Veremos em seguida como a tentativa de desconstrução acontece com Winston.

6 O caso de Winston

Por querer sobreviver, Winston submete-se ao que lhe é imposto, mas não suprime todos os seus desejos e pensamentos da maneira como lhe é instruído. Ao ter o seu comportamento influenciado pelo panóptico, o personagem constrói uma imagem de submisso para apresentar à sociedade. Essa imagem constitui apenas um dos fragmentos de sua identidade, mas, por ser o único que ele demonstra, o único visível, é considerado a sua totalidade, portanto, sua única identidade. Apesar de cumprir seu papel social, Winston não se obriga a acreditar nas mentiras do Partido, e isso é considerado um crime grave. Quando o Partido afirma que a Oceânia é inimiga da Eurásia, outra potência mundial, todos se conformam e aceitam, mas Winston se recorda da verdade:

O Partido dizia que a Oceânia jamais fora aliada da Eurásia. Ele, Winston Smith, sabia que a Oceânia fora aliada da Eurásia não mais de quatro anos antes. Mas em que local existia esse conhecimento? Apenas em sua própria consciência que, de todo modo, em breve seria aniquilada. E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido — se todos os registros contassem a mesma história —, a mentira tornava-se história e virava verdade (ORWELL, 2009, p. 47).

A manipulação feita pelo Partido revela o seu poder. A disciplina imposta por ele tem como objetivo alcançar o inconsciente, fazendo com que suas mentiras sejam aceitas e nunca questionadas. Essa aceitação automática das mentiras faz com que o Partido não tenha o trabalho de convencer os sujeitos que as informações divulgadas por ele são verdadeiras. Pelo contrário, elas se tornam verdades simplesmente porque o poder vigente as impôs como tais. O

que torna isso possível é o conceito trazido por Orwell de “duplipensamento”, que permite que crenças contraditórias sejam consideradas corretas:

Saber e não saber, estar consciente de mostrar-se cem por cento confiável ao contar mentiras construídas laboriosamente, defender ao mesmo tempo duas opiniões que se anulam uma à outra, sabendo que são contraditórias e acreditando nas duas; recorrer à lógica para questionar a lógica, repudiar a moralidade dizendo-se um moralista, acreditar que a democracia era impossível e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo o que fosse preciso esquecer, depois reinstalar o esquecido na memória no momento em que ele se mostrasse necessário, depois esquecer tudo de novo sem o menor problema: e, acima de tudo, aplicar o mesmo processo ao processo em si. Esta a última sutileza: induzir conscientemente a inconsciência e depois, mais uma vez, tornar-se inconsciente do ato de hipnose realizado pouco antes. Inclusive entender que o mundo em “duplipensamento” envolvia o uso do duplipensamento (ORWELL, 2009, p. 48).

Assim, há uma busca pela total anulação da individualidade e pensamento autônomo dos indivíduos. Entretanto, Winston não se conforma com essa realidade, mas luta contra ela. A maneira que o personagem encontra de se rebelar e conservar sua individualidade é se envolvendo em um caso amoroso com Júlia, que tem os mesmos pensamentos que ele. Winston acredita na ideologia daquela sociedade, que afirma que “o pensamento-crime é a morte” (ORWELL, 2009, p. 40) e, por isso, sabe que é questão de tempo até ser flagrado e morto por seus crimes. Assim, pretende praticar a maior quantidade de delitos possível e sobreviver o máximo possível apesar deles. O objeto da disciplina é o controle absoluto como forma de preservar o poder do Partido. Portanto, quando os crimes de Winston são expostos, o Partido busca recuperar esse controle submetendo-o a sessões de tortura, que acabam destruindo totalmente sua resistência. A partir desse momento, o personagem torna-se o que Márcio Seligmann-Silva (2008, p. 68) denomina como *Musulmänner*, aquele que tem a capacidade de resistir completamente destruída. O propósito da tortura é, enfim, atingido, pois O’Brien, quem tortura Winston, afirma:

Sozinho — livre — o ser humano sempre será derrotado. Assim tem de ser, porque todo ser humano está condenado a morrer, o que é o maior de todos os fracassos. Mas se ele atingir a submissão total e completa, se

conseguir abandonar sua própria identidade, se conseguir fundir-se com o Partido a ponto de ser o Partido, então será todo-poderoso e imortal (ORWELL, 2009, p. 309).

Logo, o personagem tem sua a identidade inteiramente desconstruída, pois não existe mais nele forças para resistir e preservar as outras faces de sua identidade escondidas, visto que seu ser foi quebrado. A partir desse momento Winston deixa de ser atormentado pelo panóptico, pois ele não tem mais segredos. Eles foram revelados durante as torturas de O’Brien. Suas crenças foram traídas por ele e sua individualidade arrancada, colocando fim em sua resistência e efetivando a internalização dos ideais do Partido. No fim, o narrador declara que “a batalha chegara ao fim. Ele conquistara vitória sobre si mesmo. Winston amava o Grande Irmão” (ORWELL, 2009, p. 346). E, assim, o antigo Winston é apagado e tudo o que permanece nele é o Partido.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi valorizar o gênero distopia por meio de seu estudo e observar a função e o efeito do panoptismo na sociedade disciplinar da Oceânia, no romance *1984*, de George Orwell, respondendo às questões sobre a possibilidade de desconstrução da identidade de Winston Smith, personagem oprimido, e o papel do panóptico sobre essa identidade.

A distopia, que é um gênero literário que retrata a junção entre as sociedades utópica e a totalitária, precisa de mecanismos para controlar a população, e o panóptico é um deles em *1984*. Esse controle é essencial para manter o poder do governo. Tornou-se claro que no romance de Orwell a disciplina acontece em grande parte por meio do panoptismo, já que esse aperfeiçoa o exercício do poder disciplinar e tem um grande impacto sobre a identidade de Winston. Há um conjunto de regras a serem seguidas que oprimem os sujeitos e procuram remover suas individualidades, resultando na desconstrução da identidade do protagonista. Dessa forma, a distopia utiliza o panoptismo como mecanismo de controle, e ele tem como objetivo a desconstrução da identidade individual e a construção de um pensamento

coletivo para que não existam ideais contrários ao governo e este possa permanecer no poder.

Mesmo com a fragmentação da identidade, é possível que haja a sua desconstrução quando uma violência é exercida sobre ela, o que nesse caso ocorre por meio do panoptismo e da tortura, forçando, assim, o abandono de alguns de seus fragmentos e arrancando características que já foram importantes no indivíduo. Apesar de não ser um processo rápido, visto que por muito tempo Winston esconde traços de sua construção identitária, a desconstrução absoluta ocorre quando as torturas sofridas por ele destroem a sua capacidade de resistência e fazem com que o personagem abandone suas crenças e sua individualidade, e se renda ao Partido, tomando para si os seus ideais.

A função do panoptismo é vigiar os indivíduos e controlar seu comportamento de acordo com os interesses do governo distópico. Assim, esse mecanismo é fundamental para a manutenção disciplinar, visto que ele a aperfeiçoa e controla seus mínimos detalhes. É o panóptico que possibilita a permanência diária da disciplina em seu maior nível, e não deixa espaço para nenhum outro fragmento identitário, a não ser o que segue as regras do Partido.

Logo, o que permite o exercício do poder do panóptico é o medo da vigilância e punição dos indivíduos. O inimigo invisível controla as ações dos personagens, mas não pode controlar seus pensamentos até que eles sejam manifestados em ações, tornando os pensamentos um refúgio para a realidade de Winston. O papel do panoptismo sobre a identidade de quem ele oprime é desconstruí-la e “fabricar” uma nova, de acordo com os interesses do governo. Porém, porque a identidade é fragmentada, o Partido só consegue arrancar totalmente as individualidades de Winston Smith através da tortura, mostrando que o mecanismo panóptico sozinho, apesar de ser eficaz, é insuficiente para alcançar o subconsciente — que é o objetivo do Partido — quando o indivíduo resiste ao medo e luta contra sua realidade controlada.

Como citar este artigo?

ESPÍRITO SANTO, Larissa. O “panoptismo” e a desconstrução da identidade distópica: um estudo sobre Winston de 1984. *Mosaico*, São José do Rio Preto, v. 21, n. 01, p. 284-305, 2022.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- BARBOSA, Anna Carolyn. *O espaço, o humano e o espetáculo na distopia pós-moderna de Jogos Vorazes*. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura, Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2017.
- BENTHAM, Jeremy *et al.*, *O Panóptico*. Trad. Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. Org. Tomaz Tadeu. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BOOKER, M. Keith. *Dystopian impulse in modern literature: fiction as social criticism*. Westport: Greenwood, 1994b.
- CHASIN, J. Sobre o conceito de totalitarismo. *Verinotio* - revista online de filosofia e ciências humanas, [S.l.], Ano VIII, n. 15, p. 15-21, agosto de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3o0eCAF>. Acesso em: 08 de maio de 2021.
- CHAUÍ, Marilena. Notas sobre a utopia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, vol. 60, n. spe. 1, p. 7-12, julho de 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3uvA56z>. Acesso em: 08 de maio de 2021.
- CUDDON, J.A. *The Penguin Dictionary of Literary Terms and Literary Theory*. London: Penguin Books, 1999.
- DESCONSTRUIR. In: DICIO, Dicionário *Online* de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desconstruir/>. Acesso em: 09 out. 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade da Transparência*. Trad. Enip P. Giachini. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Trad. Vidal de Oliveira. 22ª.ed. São Paulo: Globo, 2014.
- MORUS, Thomas. *A Utopia*. Trad. Paulo Neves. L&PM: Porto Alegre, 1997.

ESPÍRITO SANTO, L.

ORWELL, George. *1984*. Trad. Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RODRIGUES, Paula Martins. *A narrativa distópica juvenil: um estudo sobre Jogos Vorazes e Divergente*. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, vol. 20, n.1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3wdlZrT>. Acesso em: 29 set. 2021.

SZACHI, Jerzy. *As utopias*. Trad. Rubem César Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.